
Discussão do GAC sobre as proteções de OGLs

Sessão 8

Objetivo da sessão	1
Proposta da liderança para ações do GAC	1
Status/acontecimentos recentes para consideração pelos membros do GAC	1
Principais documentos de referência	4

Objetivo da sessão

O GAC (a) fornecerá uma atualização do trabalho realizado até o momento sobre uma Lista de OGLs, que será coordenada pelo GAC, com ajuda da ICANN, (b) revisará os acontecimentos recentes do EPDP de Proteções Específicas de Direitos de Reparação para OGLs.

Proposta da liderança para ações do GAC

1. O GAC analisará o status atual e participará em discussões sobre o EPDP de Proteções Específicas de Direitos de Reparação para OGLs em preparação para o Relatório Final e possíveis pareceres/opiniões do GAC sobre as recomendações de políticas.
2. Discussão sobre os acontecimentos relevantes, se houver, na consulta do GAC com a Diretoria da ICANN sobre as Proteções de OGLs.
3. O líder de tópico do GAC fará uma atualização aos membros do comitê sobre o status do processo preliminar para gerenciar mudanças na Lista de OGLs do GAC de nomes completos de OGLs que deverão ser reservados em novos gTLDs.

Status/acontecimentos recentes para consideração pelos membros do GAC

Em agosto de 2021, o Conselho da GNSO tomou a decisão processual de que a Linha de Trabalho de Proteção de Direitos de Reparação de OGLs dará seguimento ao seu trabalho por meio de um EPDP (Expedited Policy Development Process, Processo de Desenvolvimento de Políticas Rápido). *O escopo do trabalho do EPDP permanece o mesmo.*

Em 14 de setembro de 2021, o EPDP de Proteções Específicas de Direitos de Reparação para OGLs publicou seu [Relatório Inicial](#) para [Comentários Públicos](#).

Esse Relatório Inicial se concentra, em geral, na Recomendação 5 do PDP de Acesso de OGI/ONGIs a Direitos de Reparação, que o Conselho da GNSO decidiu não aprovar, e encaminhou isso para o trabalho de PDP de RPMs da Fase 2 (que agora é o EPDP de Proteções Específicas de Direitos de Reparação de OGI).

A Recomendação 5 do PDP de Acesso de OGI/ONGIs a Direitos de Reparação pretendia solucionar uma situação em que uma OGI vence um processo de UDRP (Uniform Domain Name Dispute Resolution Policy, Política de Resolução Uniforme de Disputas de Nomes de Domínio) ou URS (Uniform Rapid Suspension, Suspensão Rápida Uniforme) e o registrante concedente ajuíza uma ação e a OGI alega imunidade nessa jurisdição. A Recomendação 5 afirmava que, nesse caso, a decisão original do painel de UDRP ou URS seria “deixada de lado” de modo que o efeito seria colocar as partes da disputa em suas situações originais, como se o procedimento de UDRP ou URS em que a OGI foi vencedora nunca tivesse sido iniciado. Isso foi considerado inaceitável enquanto um resultado de política.

Durante as deliberações do Conselho da GNSO sobre o Relatório Final do PDP de Acesso de OGI/ONGIs a Direitos de Reparação, foram manifestadas preocupações sobre se a Recomendação 5 seria adequada para isso, ressaltando também que seria necessário fazer uma modificação significativa na UDRP e URS e, além disso, resultaria em uma possível redução do nível existente de proteções de reparação disponíveis atualmente para as OGI.

No momento deste resumo, o EPDP estava conversando sobre possíveis recomendações finais para serem publicadas em seu Relatório Final.

Recomendações preliminares:

A equipe do EPDP chegou a várias conclusões e recomendações preliminares para solucionar a questão do acesso de OGI à proteção de direitos de reparação dentro do seu escopo, de acordo com as instruções do Conselho da GNSO, conforme documentado em seu regulamento.

A equipe do EPDP chegou a um acordo inicial no seu Relatório Preliminar sobre as seguintes recomendações:

1. Adicionar uma definição para “OGI Reclamante” às Regras atuais aplicadas à UDRP e URS para facilitar uma demonstração de direitos por uma OGI para dar continuidade a uma ação contra um registrante (na ausência de uma marca registrada);
2. Rejeitar a Recomendação 5 original do PDP sobre o Acesso de OGI/ONGIs à Proteção de Direitos de Reparação;
3. Esclarecer que uma OGI Reclamante estaria isenta do atual requisito de declarar que “enviará, com relação a quaisquer contestações a uma decisão no procedimento administrativo cancelando ou transferindo o nome de domínio para a jurisdição dos tribunais em pelo menos uma Jurisdição Mútua especificada”;

4. Incluir uma opção de arbitragem (“recurso”) para revisar a decisão inicial de um painel emitida de acordo com a UDRP, após a decisão inicial do painel de UDRP ou URS (essa opção de arbitragem reflete a imunidade jurisdicional de OGI e preserva a capacidade de um registrante de ajuizar uma ação antes da arbitragem).

No entanto, a equipe do EPDP não concordou sobre um conjunto de recomendações finais, mais especificamente:

- se a opção de arbitragem permanecerá disponível para um registrante após o resultado de um processo judicial iniciado pelo registrante em que o juiz recusa ouvir o mérito do caso; e
- qual seria a opção legal aplicável para qualquer arbitragem com a qual as partes concordem.

Além de contribuir para o trabalho do EPDP, o GAC está se concentrando nas seguintes questões relacionadas às proteções de OGI:

1. Tentar solucionar os problemas antigos criados pela divergência de recomendações de políticas apresentadas à Diretoria da ICANN pela GNSO e pelo Conselho do GAC sobre as proteções dadas às OGI no DNS.
2. Especificamente, abordar as preocupações de que as imunidades de OGI (garantidas por leis nacionais e internacionais) não tenham sido consideradas devidamente no Relatório Final do PDP WG da GNSO sobre o Acesso de OGI aos Mecanismos de Proteção de Direitos de Reparação, [adotado](#) parcialmente pelo Conselho da GNSO (18 de abril de 2019) sobre o qual o GAC [aconselhou](#) à Diretoria da ICANN se “*abster de tomar uma decisão sobre essas recomendações para permitir, entre outras coisas, que as partes tenham tempo suficiente de analisar opções possíveis para avançar*” em uma carta para a Diretoria da ICANN em 20 de agosto de 2019.

Como [resposta](#), a Diretoria da ICANN informou ao GAC (15 de outubro de 2019) que iria montar um Comitê da Diretoria para as recomendações 1, 2, 3 e 4 do PDP WG da GNSO. Posteriormente, um processo de consulta da Diretoria/GAC sobre as Proteções de OGI foi iniciado e ainda está em andamento.

3. Revisar o processo para garantir que a [Lista de OGI de 22 de março de 2013](#) do GAC esteja atualizada¹, o mais completa possível e seja revisada no futuro, de maneira consistente com o [Conselho](#) no [Comunicado do GAC de San Juan](#), em resposta ao qual a Diretoria [sugeriu](#) um estudo de viabilidade.

¹ De acordo com um conjunto de [critérios](#), conforme incluído na [carta](#) à Diretoria da ICANN do dia 22 de março de 2013 que apresentou a lista de OGI.

Principais documentos de referência

- [Relatório inicial e recomendações preliminares do Processo de Desenvolvimento de Políticas Rápido de Proteções Específicas de Direitos de Reparação para Organizações Governamentais Internacionais \(OGIs\)](#)
- [Resposta do GAC à Diretoria da ICANN esclarecendo perguntas sobre o Comunicado do ICANN71 – Proteções de OGIs \(7 de outubro de 2021\)](#)

Mais informações

- Documento de referência de políticas do GAC sobre Proteções de OGIs:
<https://gac.icann.org/briefing-materials/public/gac-policy-background-igo-protections.pdf>

Administração do documento

Título	Sessão de resumo do GAC do ICANN73 – Proteções de OGIs
Distribuição	Membros do GAC (antes do encontro) e público (depois do encontro)
Data de distribuição	Versão 1: 18 de fevereiro de 2022